

A DITADURA NOS DISCURSOS E NA ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS PARAENSES (1964 – 1969)¹

Flávio William Brito Matos²

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados iniciais da pesquisa realizada com os Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) produzidos durante o período ditatorial brasileiro e, com isto, problematizar a participação do Poder Legislativo do Pará e, por sua vez, dos deputados estaduais na sustentação do Regime Militar a nível estadual e do discurso de defesa de uma democracia. Por meio da análise dessas fontes pouco utilizadas a nível regional, pode-se realizar novas conexões entre as dinâmicas políticas locais e as nacionais de modo a compreender melhor a cultura política instaurada ou continuada com o golpe civil-militar de 1964 e atuação dos seus diversos agentes. Além dos Anais, a pesquisa se utiliza de jornais paraenses, de documentos oficiais do Departamento de Estado dos E. U. A., dos relatórios do SNI e de memórias de militantes e políticos do Pará.

Palavras-chave: Deputados Estaduais; Cultura Política; Ditadura Militar.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the initial results of the research carried out with the Annals of the Legislative Assembly of the State of Pará (ALEPA) produced during the Brazilian dictatorial period and, through this, to discuss the participation of the Legislative Power of Pará and, in turn, of the state deputies in the support of the Military Regime at the state level and the discourse of defense of a democracy. By the analysis of these little-used sources at the regional level, new connections can be made between local and national political dynamics in order to better understand the political culture established or continued with the 1964 civil-military coup and the performance of its several agents. In addition to the Annals, the research uses newspapers from Pará, official documents from the US Department of State, National Information Service (SNI) reports and memories from militaries and politicians from Pará.

Keywords: State Deputies. Political Culture. Military Dictatorship.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Carlos Fico, a discussão recente quanto ao conceito a se empregar para denominar o período ditatorial entre 1964 e 1985 no Brasil foi dominada por certo “nominalismo” haja vista que uns optaram por civil-militar; outros empresarial-militar e – ainda – ditadura militar, sendo essa última posição a defendida pelo autor (FICO, 2017). Para Fico (2014, p. 9), “não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração”, neste sentido o “regime subsequente [ao golpe civil-militar de 64] foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva (‘foi militar, mas também civil’ ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso [...]” (FICO, 2017, p. 53)³. Notadamente, outros autores e autoras divergem desta visão e, com isto, mantêm a conceituação da ditadura como um espaço em aberto para o debate historiográfico. Para Daniel Aarão Reis – um dos principais defensores do

¹ Artigo originalmente publicado na Revista Cantareira, periódico semestral organizado pelo corpo discente do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, em 2019.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, bolsista CAPES no biênio 2020-2021. E-mail: flavio.matos@itec.ufpa.br.

³ grifo do original

conceito de civil-militar, civis golpistas descontentes com os rumos do governo após o golpe, a exemplo dos políticos que o legitimaram como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, teriam começado a forjar críticas ao governo, apresentando-o como exclusivamente militar, ainda no período entre 1964 e 1967. Como forma de se distanciar da imagem negativa do governo, “os *milicos*”, protagonistas notórios do processo, seriam responsabilizados exclusivamente por tudo que acontecera, omitindo-se – ou ocultando-se – o papel e a importância das forças, dos movimentos e das lideranças civis” (REIS, 2014, p. 58).¹ Em virtude disso, as análises de como se deu a relação entre civis e militares durante e após a ditadura deveria – segundo a perspectiva de Reis – refletir acerca da construção da memória do período e, também, os diferentes modos de colaboração dos civis com o regime, algumas instituições que depois se apresentaram como defensoras da democracia foram colaboradoras a exemplo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Ordem dos Advogados do Brasil. Fruto de uma pesquisa um pouco mais antiga com acervos estadunidenses, René Dreifuss (2006) demonstrou como civis articulados em torno do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) atuaram conjuntamente com militares da Escola Superior de Guerra (ESG) para desestabilizar o governo de João Goulart (1961 – 1964) por meio da propaganda em diversos meios de comunicação, do financiamento de campanhas de adversários políticos do governo, da formação de redes de trocas de

informação e como – após o golpe de 1964 – civis oriundos do IPES ocuparam cargos estratégicos nos Governos Militares entre 1964 e 1968. No livro fruto de sua tese, o autor apresenta o projeto de Estado gestado por esses grupos e define a Ditadura como empresarial-militar (DREIFUSS, 2006). Trocando em miúdos o debate resumido aqui, a discussão conceitual concentra-se na problematização acerca da agência de civis tanto no golpe de Estado em abril de 1964, quanto na ditadura que o sucedeu. Destarte, pergunta-se: em que medida civis teriam dado suporte ao Regime instalado? Foram agentes ou apoiadores? Os políticos do bloco de poder gozaram de relações simétricas com militares?

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados iniciais da pesquisa realizada com os Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) produzidos durante o período ditatorial brasileiro e, com isto, problematizar a participação do Poder Legislativo do Pará e de seus componentes, ou seja, dos deputados estaduais na sustentação do Regime Militar a nível estadual e do discurso de defesa de uma democracia. Os deputados, dentro da tríade proposta por Motta (2014), adotariam posições cambiantes de adesão, acomodação e resistência ao longo do processo de instauração do novo Governo.

Dentre os documentos depositados nos arquivos da ALEPA (como Atas, fotografias, dossiês); utilizo os Anais que estão disponíveis na seção de Composição de Anais, dentro do Palácio da Cabanagem – sede do Poder Legislativo. Neles estão presentes os discursos proferidos pelos deputados na tribuna da Casa Legislativa, além dos projetos

de lei e orçamentos apresentados para votação. Enquanto documento-monumento, os Anais são produto de uma sociedade e de um tempo que os fabricou, sendo influenciados pelas forças que então detinham o poder (LEGOFF, 1990). Neste sentido, os discursos contidos nos documentos buscaram moldar aquilo que se desejava tornar visível e recordável, assim como silenciar e esquecer. A partir deles – os discursos – torna-se possível verificar as estratégias discursivas utilizadas por esses agentes históricos – os deputados – em prol dos seus interesses e em diálogo com o projeto dos Governos Militares para a Nação e para a Amazônia. A respeito da análise dos usos das palavras e a Nova História Política, Antoine Prost afirma:

“Somos assim progressivamente levados à noção de estratégias discursivas. A atenção aos personagens dos discursos se completa com o estudo da maneira como o sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles. O diálogo político é muitas vezes reivindicados / impostos / recusados.”

(PROST, 2003, p. 321)

Escolheu-se como recorte para a pesquisa os anos de 1964 a 1969, abordando assim desde o golpe civil-militar até o fechamento da Assembleia Legislativa por meio do Ato Complementar nº 49

¹ grifo do original

(AC-49) do presidente Costa e Silva em 27 de fevereiro de 1969¹ dentro do contexto de impacto do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Desta forma, o recorte abarca a implementação dos Atos Institucionais, tais como AI-1 que promoveu a “Operação Limpeza” expressão utilizada pelos “agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora da limpeza implicava também punição para os corruptos” (MOTTA, 2014, p. 25); ou seja, as cassações de mandatos de políticos do executivo e legislativo. O AI-2, que por meio do AC-4 instaurou o bipartidarismo no Brasil a fim dos Governos possuírem maior controle sobre os deputados, formou uma base de apoio mais ampla através da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Além disso, o período compreende o crescimento do Movimento Estudantil em todo no Brasil, a organização dos estudantes no Pará e a segunda onda de repressão por meio do AI-5, que cassou novos mandatos e sufocou as organizações estudantis como a Ação Popular (AP) e a União Acadêmica Paraense (UAP). Compreendo que, nesta primeira fase da Ditadura², os deputados buscaram negociar o seu apoio aos militares em nome de sua sobrevivência política e dos seus respectivos partidos, deram suporte aos projetos para Amazônia e – ante a resistência estudantil a nível nacional, assim como a onda de repressão aos protestos, a dissensão de parte dos grupos

civis apoiadores do golpe e a ausência de meios arbitrários para cassá-los – parte dos deputados da oposição, que intensificam suas críticas ao Regime, e os governistas passam a tentar se afastar do Governo em 1968, tentativa frustrada pelos militares.

Além dos Anais, utilizar-se-á as notícias divulgadas pelos jornais impressos na capital do Pará (*O Liberal*, *A Província do Pará* e *Folha do Norte* disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna) que inicialmente apoiaram o golpe e deram eco aos argumentos golpistas (FONTES, 2014). Os relatórios produzidos pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) disponibilizados online pelo *Arquivo Nacional* e pelo *Memorial Cesar Leite* (UFPA).³ Os documentos oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos digitalizados e disponibilizados online pelo projeto *Opening the Archives*, realizado pela parceria entre a *Brown University*, a *Universidade Estadual de Maringá* e os Arquivos Nacionais de Brasil e Estados Unidos.⁴ Por fim, as memórias de estudantes, militantes de esquerda e políticos paraenses do período registradas pelo projeto A UFPA e os Anos de Chumbo, coordenado por Edilza Fontes, disponíveis online no repositório da Universidade Federal do Pará.⁵

2 PARTIDOS POLÍTICOS E CULTURA POLÍTICA NO PARÁ

Desde que assumiu a presidência da república em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart – ou

Jango – enfrentou forte resistência por parte de grupos conservadores como, por exemplo, os agregados em torno do complexo IPES/IBAD, financiados pelos E.U.A, e que possuíam contatos em grande parte do território nacional, incluso o Pará. Dentre os objetos de resistência desses grupos cita-se as concepções de que havia uma infiltração comunista nos quadros do governo e, por sua vez, as Reformas de Bases propostas pelos movimentos sociais e assumidas pelo governo, tais como: reforma agrária, universitária, bancária e urbana (FICO, 2014; DREIFUSS, 2006). Em meio à crise política nacional envolvendo o governo de Jango, os partidos políticos paraenses – especialmente o Partido Social Democrático (PSD) – voltavam-se, em março de 1964, para as eleições do ano vindouro (1965) quando seriam eleitos os novos governadores de alguns estados e o presidente. Os grandes jornais de Belém noticiavam os acordos políticos firmados visando às eleições e às convenções partidárias nacionais a serem realizadas no Rio de Janeiro⁶ e em São Paulo⁷. A expectativa dos *ppedistas* era a eleição de Juscelino Kubitschek, que desde 1958 preparava o seu retorno à presidência quando decidiu não apoiar diretamente Henrique Lott (PSD) nas eleições, favorecendo a vitória de Jânio Quadros eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (HIPOLITO, 2012, p. 225-255); assim como a eleição de Moura Carvalho (PSD) ao governo estado do Pará. Moura Carvalho era prefeito de Belém à época e havia se tornado líder

¹ BRASIL, Presidência da República. Ato Complementar Nº 49, de 27 de fevereiro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-49-69.htm. Acesso em: 24 jun. 2019.

² Por primeira fase entende-se o período entre 1964 e 1968 no qual o Governo Militar perseguia seus opositores políticos por meio de decretos regulados por prazos, o que possibilitou certa liberdade aos grupos políticos dado o caráter híbrido que a Ditadura adotara em um primeiro momento, especialmente no início do governo Costa e Silva quando o Ato Institucional nº 2 já não vigorava mais. Somente a partir do Ato Institucional nº 5 (vigente de 1968 a 1979) os Militares dispuseram de um aparato

legal (forjado por eles próprios) para cassar mandatos e direitos políticos a qualquer momento.

³ MEMORIAL CESAR MORAES LEITE. Disponível em: <http://www.memorialcesarleite.com.br/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

⁴ OPENING THE ARCHIVE. Disponível em: <https://library.brown.edu/create/openingthearchives/pt/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

⁵ UFPA MULTIMÍDIA. Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/>. Acesso em 25 jun. 2019.

⁶ *A Província do Pará*. PRT vai dar apoio total ao PSD em 65. 1º mar. 1964; *A Província do Pará*. Notícias & opinião por Rubens

Silva: [...] na CDP [Coligação Democrática Paraense] gira em torno de nomes para vice e senador. 1º mar. 1964; *A Província do Pará*. ADESÃO AO PSD. 10 mar. 1964; *A Província do Pará*. A CONVENÇÃO DO PSD RIO. 17 mar. 1964.

⁷ *A Província do Pará*. UDN regional enviará grande comitiva a São Paulo para a convenção que indicará CL [Carlos Lacerda]. 29 mar. 1964.

regional do partido após a morte do *pessedista* gal. Magalhães Barata em 1959. Em 1930, no contexto da dita Revolução de 30, Barata havia sido nomeado interventor no Pará e desde 1946, após a redemocratização, dominou o cenário político paraense por meio do partido que fundara o diretório regional junto a um grupo de aliados, o PSD, chegando a ser governador eleito democraticamente em 1955. Morreu no exercício do cargo. (ROCQUE, 2006).

A fim de manter o controle da máquina de governo no estado, o PSD realizou alianças com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1960 para a eleição de Aurélio do Carmo e Newton Miranda – ambos do PSD – ao governo, seguindo a diretriz nacional dos partidos que desde 1955 atuavam em conjunto. Esta decisão gerou dissensões no PTB paraense como a do deputado estadual Gerson Peres, que saiu do partido e ingressou na União Democrática Nacional (UDN) em 1958, sendo deputado por esse partido em 1964. No entanto, apesar dessas alianças, o PSD sempre enfrentou uma oposição aguerrida dos seus adversários que costumavam coligar-se para enfrentá-lo. Essa divisão marcaria a política local e se estendeu após o golpe civil-militar e a instalação do bipartidarismo em 1965 por meio do Ato Institucional nº 2 (VEIGA, 2018, p. 50).

Além do carisma de Magalhães Barata, o PSD se sustentava por meio de relações clientelistas com os comerciantes e grandes proprietários de terra que

asseguravam o controle das prefeituras no interior (PETIT, 2003, p. 131). Em 1964, a ALEPA era majoritariamente composta por deputados filiados ao PSD eleitos em 1962 ocupando 19 cadeiras, seguidos pela Coligação Democrática Paraense (CDP) com 7 que reunia parte da oposição; PTB (do bloco situacionista) dispoendo de 5; UDN com 3 deputados; Partido Republicano (PR) com 3 e um deputado sem legenda (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (PA), 2008)¹. A aliança PSD/PTB garantia a maioria na Casa Legislativa, em contrapartida, o governo estadual *pessedista* sedia cargos ao Partido Trabalhista como, por exemplo, ao deputado Benedito Monteiro (PTB) o qual, nesse período, era delegado da SUPRA² no Pará e antes havia composto o secretariado do estado. Benedito Monteiro era oriundo dos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e foi o deputado mais votado no pleito de 1962. Em razão do PCB se encontrar na ilegalidade, utilizava-se da legenda do PTB para concorrer aos pleitos eleitorais. Seguindo o padrão verificado em outras regiões do país (MOTTA, 2008, p. 65-103), o PTB paraense crescia³ e podemos atribuir isto, em parte, à aliança com os comunistas. André Avelino⁴, militante do PCB, e Ruy Antonio Barata⁵, membro do movimento estudantil, corroboram esta tese ao relatar a aliança de 1960 para eleger Aurélio do Carmo.

A aproximação entre o governo local, grupos de esquerda e as Reformas de Base defendidas por Goulart, por exemplo, no comício da

Central do Brasil em 13 de março de 1964 passaram a causar temor nos latifundiários e fazendeiros do Marajó, especialmente devido à proposta de reforma agrária (FONTES, 2014). Com a chegada da dita “Revolução” ao Pará, políticos que outrora foram aliados das oligarquias locais teriam seus direitos políticos cassados e as organizações de esquerda como a Ação Popular e a União Acadêmica Paraense seriam desarticuladas por meio da prisão dos seus líderes.

3 O GOLPE CIVIL-MILITAR

Durante o período de instalação do Regime Militar, especialmente após o decreto do Ato Institucional, foram detidas aproximadamente 300 pessoas no Pará entre os meses de abril e maio de 1964 (PETIT. CUELLA, 2013). Imediatamente após o golpe, foi decretada a prisão do deputado Benedito Monteiro e – aos dez dias do mês de abril – era tornada pública a cassação de dois deputados federais do Pará.⁶ Quando o presidente foi deposto, o governador Aurélio do Carmo não se encontrava em Belém e o partido titubeou em apoiar o movimento que se insurgia no Sudeste. Essa posição foi adotada por pelo menos outro governador do Norte também que só retornou ao seu estado quando generais do Comando Revolucionário lhe asseguraram o mandato.⁷ Os partidos políticos da região Norte dependiam da máquina do governo para a promoção dos seus partidos, especialmente o PSD no Pará. Com o risco de cassações em seus quadros, os *pessedistas*

¹ Após as eleições de 1962, o deputado Nagib Mutran desfilia-se da UDN e passa a compor os quadros do PSD, outro deputado também teria ingressado nos quadros do PSD, de modo que os dados ora apresentados diferem neste ponto das informações do TRE. No relatório produzido pela Comissão Geral de Investigação após o golpe constam as informações ora apresentadas. Cf. “INVESTIGAÇÃO SUMARIA REALIZADA NO ESTADO DO PARÁ”. *Memórias Reveladas*. Arquivo Nacional. Código: BR DFANBSB V8.MIC. GNC.AAA.80008119.

² Superintendência da Política Agrária, órgão criado pelo governo federal em 11 de outubro de 1962.

³ A *Provincia do Pará*. PTB [sic] fez o prefeito, o vice e a maioria da Câmara, em [sic] Tucuruí. 11 mar. 1964.

⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com André Avelino da Costa Nunes Netto. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 03min e 22seg). Disponível em: <
<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1266>>.

Acesso em: 10 jan. 2017.

⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Ruy Antonio Barata. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 14min e 46seg). Disponível em: <

<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1285>>.

Acesso em: 10 jan. 2017.

⁶ Foram cassados Ferro Costa (UDN) e Sílvio Braga (PSP). Cf. *A Provincia do Pará*. “Lista vermelha” pronta para ser enviada ao Congresso. 10 abril 1964.

⁷ No caso, Plínio Coelho (PTB – Amazonas) defendeu Goulart num primeiro momento, mas após as cassações e o risco da sua também, decidiu apoiar os militares. Ainda assim, teve o seu mandato cassado. (QUEIROZ, 2019, p. 81-119).

decidiram negociar seu apoio à “Revolução”.¹ E, a exemplo do que ocorreu em outras Assembleias², reuniram-se com a oposição (CDP, UDN e PTB) de forma extraordinária para cassar de forma unânime o seu bode expiatório: Benedito Monteiro.³ Como se em tempos passados não tivesse sido um importante aliado. Aos quinze dias do mês de abril, o colunista do jornal *A Província do Pará*, Adolpho Oliveira Filho, noticiava:



“A reunião especial que a Assembleia Legislativa realizou ontem com a finalidade de cassar o mandato do deputado Benedito Monteiro deixou-nos a conclusão de que, pelo menos uma boa parcela dos representantes do povo paraense, tem ponto de vista identificado com o movimento revolucionário de 31 de março.”⁴



A oposição, provavelmente liderada por José Maria Chaves (CDP) – ex-diretor da Santa Casa de Misericórdia por indicação do governador – que buscava manter sua imagem distante do governo⁵, ainda tentaria cassar o mandato do governador por pelo menos duas vezes, no entanto, não contava – claro – com o apoio dos deputados *pessedistas* que asseguravam ou impediam a maioria na Assembleia Legislativa. O jornal *O Liberal*, base do PSD na

imprensa, denunciaria de forma jocosa as tentativas de “Zemaroca ou Zé da Sopa” de denunciar as contas do governo junto ao marechal Taurino Rezende, responsável pelas investigações promovidas pelos militares golpistas.⁶

Interessados nas tramas políticas brasileiras devido ao seu apoio ao golpe, os embaixadores estadunidenses elaboraram relatórios comentados sobre os embates políticos e mudanças econômicas em todo o Brasil. Em sumário sobre o mês de maio de 1964 no Pará, o vice-cônsul americano, Adolph H. Eisner, registrou⁷:

b. Sessão especial da Assembleia Legislativa para impedir o governador obstruída pelo PSD. [...] A manobra da oposição fracassou por duas assinaturas em garantir o apoio da maioria dos deputados estaduais; eles foram incapazes, mesmo com apoio militar, de quebrar a hegemonia do PSD na Assembleia.

COMENTÁRIO: Neste sentido, a continuidade da força pessedista na Assembleia Legislativa pode ser atribuída ao fato de que os políticos profissionais não têm onde encontrar apoio se não na antiga máquina do partido; eles não a abandonarão até o fim. Por enquanto isso sugere que a mudança, *se vier terá de vir de fora*.⁸ (Tradução livre. *Grifo do autor*)

Por meio deste relato podemos observar que a oposição contava com *apoio militar* para se articular na derrubada dos representantes eleitos democraticamente em

1960 e 1962, conforme relata Eisner. Isso nos ajudará a entender as escolhas das lideranças quando da abertura do ano legislativo e – também – os conflitos. Outra questão, Eisner escreve que a desarticulação do PSD na ALEPA *se vier terá de vir de fora*. Sem as arbitrariedades das cassações, os militares não alçariam o controle do Poder Legislativo local. Não obstante, as cassações se centrariam em lideranças das sub-regiões do estado e da capital. Acusações de contrabando e a propagação da ideia de um “mar de lama” na administração pública do Pará seriam recursos retóricos fundamentais na legitimação das cassações.⁹ O debate em torno da corrupção se iniciou antes do golpe, nos anos 1950 e 60, e foi utilizado como forma de criticar o governo de Jango e – por sua vez – o de Aurélio do Carmo.¹⁰

Em junho, por meio do AI-1 sob acusações de malversação dos bens públicos, foram cassados os mandatos de: Aurélio do Carmo (PSD), Newton Miranda (PSD – Vice governador), Moura Carvalho (PSD), Amílcar Moreira (PSD – deputado estadual), José Reis (PSD – deputado estadual) e acusado de subversão comunista Benedito Monteiro (PTB).¹¹ Ainda teria a cassação indicada pelo SNI o deputado estadual Dionísio Bentes de Carvalho (PSD), mas – provavelmente pelo necessário apoio do PSD para se eleger o próximo governador e por ser Dionísio quem governava interinamente – foi poupado.¹² Nagib Mutran (PSD), assim

¹ *A Província do Pará*. PSD do Pará indica o nome do general Humberto Castelo Branco para a Presidência da República. 05 abril 1964.

² Por exemplo, Minas Gerais: *A Província do Pará*. SESSÃO EXTRA BELO HORIZONTE. 9 abril 1964, e Amazonas: *O Liberal*. Lá e Cá. 9 maio 1964. Ver também NEVES, 2008.

³ *A Província do Pará*. Unanimidade de trinta e quatro votos decretou a cassação do mandato de Benedito Monteiro. 15 abril 1964.

⁴ *A Província do Pará*. No momento: Assembleia mostra-se firme ao lado da Revolução para a moralização da Democracia. 15 abril 1964.

⁵ *A Província do Pará*. No momento: Voltam a ser conturbadas as relações políticas entre Oposição e Situação. 26 maio 1964.

⁶ *O Liberal*. A Certidão do Zé. 21 maio 1964.

⁷ “Monthly Summary - May 1964” (1964). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital

Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:345491/>

⁸ b. *Special session of Legislative Assembly to impeach Governor thwarted by PSD*. [...] The opposition ploy failed by two signatures to secure the support of a majority of the state deputies; they were unable, *even with military backing*, to break the PSD alignment in the Assembly.

COMMENT: In a sense, the PSD’s continuing strength in the Legislative Assembly can be ascribed to the fact that its professional politician have no where else to go for support other than the old party machine; they are adverse to abandon it until the end. For the moment this suggests that change, *if it comes will have to come from without*.

⁹ Este discurso estava presente nos jornais, por exemplo: *A Província do Pará*. Agora, a resolução moral! 5 abril 1964.; *A Província do Pará*. Notícias & opinião: um dos grandes méritos do movimento revolucionário que derrubou Jango do Poder. 9 abril

1964.; *O Liberal*. Restauração da Moralidade. 06 abril 1964.; *O Liberal*. Figuras & Fatos: arrecadação. 10 abril 1964. E, também, esteve presente nos discursos dos deputados após as cassações como se demonstrará adiante.

¹⁰ A respeito da representação de Jango nos jornais do Sudeste Ver MOTTA, 2006.

¹¹ *A Província do Pará*. 10 paraenses na lista de ontem de cassação de mandatos e direitos. 10 jun. 1964.

¹² MEMORIAL CESAR LEITE. Dossiê SNI. Suspensão de Direitos Políticos. Ofício nº 11 Gab/Cir/64.

como outros deputados, também foi alvo de investigações da Comissão Geral de Investigações (CGI), entretanto, não chegou a ser cassado¹ apesar do libelo formado contra ele². O sobrenome Mutran era sinônimo de poder na região de Marabá dado o domínio econômico da família.

Após prisões de deputados, como a de Hélio Gueiros (PSD) em maio por criticar a Comissão Sumária de Investigação; solto após negociação mediada por Gerson Peres (FONTES, 2014) e com os quadros partidários retalhados; foi eleito governador do estado de forma unânime, em sessão extraordinária presidida por Ney Peixoto (PSD) na ALEPA no dia 11 de junho de 1964, Jarbas Passarinho, articulador do golpe a nível local. Estaria ausente apenas o deputado José Sampaio (PR) por não se encontrar em Belém.³ Lê-se em Ata que:



[...] Diante desse resultado o senhor presidente proclamou os eleitos sobre manifestação calorosa dos senhores deputados presentes e de todos que das galerias assistiam a presente sessão. O deputado Lourenço Lemos [UDN] justificando o seu atraso, por motivos alheios a sua vontade, declarou que se presente estivesse, votaria também nos nomes escolhidos pela unanimidade de seus colegas. [...]⁴



4 DISCURSOS NEGOCIADOS: CASSA

¹ Retificando a informação, não chegou a ser cassado antes da eleição de Jarbas Passarinho, como ocorreu com outros deputados que tiveram seus nomes publicados logo nas primeiras listas de cassados.

AOS COTIAS, SILENCIAMENTO DOS FANTASMAS

Na abertura do ano legislativo em julho de 1964, foram eleitos em sessão preparatória os novos componentes da mesa diretora. Para a 1ª vice-presidência foi eleito José Maria Lins Chaves (CDP/Partido Social Progressista [PSP]), apenas com três votos a mais que o segundo colocado, Acindino Campos (PSD). Em suas memórias, Jarbas Passarinho atribui a escolha de Chaves “por sua atuação corajosa nos debates, antes de 31 de março, opondo-se ao PSD e aos comunistas, no plenário da Assembleia Legislativa” (PASSARINHO, 1991, p. 115). Ao assumir o cargo, José Maria Chaves discursou:

*O movimento revolucionário vitorioso de 31 de março último revitalizou as esperanças daqueles que se sentiam sozinhos na luta contra a corrupção que assolava a nossa Pátria. Representa a Revolução um não enérgico dos homens de bem contra a dilapidação dos dinheiros públicos, um não aos aventureiros políticos, um não aos [sic] mercadejadores da dignidade dos representantes do povo. A Revolução foi feita para implantar moralidade na política e na administração pública. É nesta atmosfera revolucionária que nos desincumbiremos da missão de 1º Vice-Presidente por V. Exas. A nós confiada.*⁵ (grifo do autor)

Durante os primeiros meses do Governo Militar, o deputado seria um forte aliado na Assembleia e – como podemos observar no discurso acima – corroboraria a construção da imagem de um passado quando os parlamentares da oposição “se

sentiam sozinhos na luta contra a corrupção”. Ao passo que seria positivada a imagem da dita “Revolução de 64”, dos militares e – em especial – de Jarbas Passarinho. O combate à corrupção seria utilizado retoricamente nos discursos como forma de legitimar o golpe e a Ditadura. Este discurso encontraria eco em outras vozes. Na sessão de abertura do ano legislativo, estando presentes o novo governador, o vice Dr. Agostinho Monteiro (UDN), o bispo de Belém dom Alberto Gaudêncio Ramos e demais autoridades militares; Brabo de Carvalho, líder do PTB na Assembleia, exaltou as particularidades locais do partido e definiu o seu apoio ao Governo. Vale ressaltar que o partido compunha a segunda maior bancada da Assembleia. Diferentemente do que se pode observar no plano nacional, o PTB do Pará se torna situação na Ditadura e isto se pode entender por meio da dicotomia gerada anteriormente entre *pessedistas* e *antipessedistas*. As alianças de tempos passados foram forjadas de cima para baixo, sem um diálogo com os embates locais. Proferiu o deputado as seguintes palavras:



Quebrando talvez a praxe da proferir um discurso de princípio ideológico na sessão de instalação anual desta [sic] Assembléia Legislativa em face do momento político atual, achei melhor falar sobre a posição assumida pela bancada do Partido Trabalhista Brasileiro do Pará, de apoio integral no [sic] Govêrno do Ten. Cel. Jarbas [p. 26.] Passarinho, eleito por esta Casa do povo, após um movimento revolucionário vitorioso, que

² “INVESTIGAÇÃO SUMARIA REALIZADA NO ESTADO DO PARA”. *Memórias Reveladas*. Arquivo Nacional. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80008119.

³ O *Liberal*. Informações. 12 jun. 1964.

⁴ ALEPA. Livro de Ata Sessões extraordinárias 1963 – 1967. 1ª sessão extraordinária. 11 jun. 1964.

⁵ ALEPA. Anais da ALEPA, 1ª a 6ª Sessões ordinárias 1964. p. 8.

derrubou o Exmo. Presidente João Goulart, Presidente Nacional do P.T.B., posição esta que sido objeto de comentários diversos, face mesmo a linha de oposição adotada pela bancada nacional, em relação ao [sic] Governo do Presidente Castelo Branco.

[...] Eu e meus nobres colegas de bancada sempre nos colocamos numa posição partidária mais regional, isto é [,] seguindo uma orientação política em que os problemas regionais, são colocados acima dos problemas nacionais.

Assim, seguindo esta orientação julgamos, nós, os Deputados do Partido Trabalhista Brasileiro do Pará, que a revolução de abril, não foi um movimento contra os princípios doutrinários de um P.T.B. autêntico e patriota, e sim, uma revolução contra os corruptos, os levianos, os malvados. E a prova incontestada desta nossa conclusão, encontramos no resultado positivo da revolução, quando vemos indistintamente atingidos, políticos, civis e militares vinculados às diversas forças político-partidárias.”¹
(grifo do autor)



Desta forma, Brabo de Carvalho buscava se distanciar da figura do principal político nacional de seu partido, Jango, e do passado local de alianças políticas com o PCB e o PSD. Da mesma forma que buscava reforçar o discurso de combate à corrupção. Tanto a CGI quanto Jarbas Passarinho (1991) alegariam que este seria o principal problema do Pará ao invés da ameaça comunista. As cassações realizadas em junho possibilitaram aos membros de

partidos como o PTB e a UDN ascenderem dentro da máquina pública, isto sem ferir os interesses das oligarquias que, ameaçadas em seus privilégios, haviam apoiado o golpe. Brabo de Carvalho, juntamente com o Gerson Peres (UDN), seria nomeado representante do governo na ALEPA, sendo Peres o líder da maioria composta pela CDP, UDN, PTB, PR e PSP².

Semelhante ao ocorrido em outros espaços como, por exemplo, nas universidades (MOTTA, 2014), pulularam denúncias de corrupção política e atividades subversivas na tribuna da Assembleia, este período até o final de 1964 foi marcado pela perseguição de adversários políticos e desafetos. Os acusados de corrupção ganhavam alcunha, no mínimo, engraçada. Atahualpa Fernandez (PSD) em resposta à provocação de Geraldo Palmeira (CDP) diria “Não fui eu que disse que o Presidente desta Casa [José Maria Chaves] era cotia, foi o Deputado Flavio Franco [PT.B]. Além de afirmar que o presidente era cotia, ainda disse que ele foi testemunha dessa [sic] cotiagem.”³ O estopim da discussão foi um requerimento de Fernandez solicitando o envio dos Anais ao Governo para que soubessem “aqueles que se manifestaram livremente pró ou contra o regime, aqueles que se manifestaram [sic] comunisticamente, aqueles que contrabandeavam e pertencem a esta Casa”.⁴ Além disso, por diversas vezes, o nome do ex-deputado Benedito Monteiro seria citado por deputados tanto da UDN quanto do PSD como forma de atribuir aos seus interlocutores algum passado negativo. Geraldo Palmeira (CDP), em meio a uma dessas discussões, faria um aparte:



“Sr. Presidente, nobre colegas. Não compreendo e não entendo mesmo quando o ex-deputado Benedito Monteiro pode-se dizer assim, sem um sentido de ofensa, é apenas a sombra do passado, um fantasma até para muita gente, [sic] se procure invocar o seu nome em debate nesta Casa.”⁵



Grosso modo, os papéis da oposição e da situação antes do golpe seriam apenas invertidos. O PSD passaria a compor o bloco de oposição e – por sua vez – os demais da situação. No entanto, por se tratar de um bloco heterogêneo, a nova situação passaria por conflitos internos de liderança. Durante o governo de Zacarias de Assunção, as alianças antipessedistas haviam se mostrado frágeis (PETIT, 2003, p. 130; VEIGA, 2018, p. 42-43) e não foi diferente durante a segunda metade dos anos 1960. O primeiro a se dissuadir seria o presidente da Casa, Maria Chaves, juntamente com o jornal aliado seu, *Folha do Norte*. Hyman Bloom, cônsul americano, reportaria aos seus superiores as reclamações geradas pela inflação e pela austeridade do Governo Militar⁶, “O conservador belenense FOLHA DO NORTE caracterizou a Revolução como ‘desfigurada’ pelos seus fracassos econômicos; PROVINCIA DO PARÁ (Diários Associados) viu a contínua inflação como prova irrefutável do fracasso das políticas econômicas do governo.” (Tradução livre).⁷

¹ ALEPA. Anais da ALEPA, 1ª a 6ª Sessões ordinárias 1964. p. 25-26.

² *Ibidem*, p. 45-46.

³ ALEPA. Anais da ALEPA, 7ª a 12ª Sessões ordinárias 1964. p. 133.

⁴ *Ibidem*, p. 27.

⁵ ALEPA. Anais da ALEPA, 13ª a 20ª Sessões ordinárias 1964. p. 41.

⁶ “Political Expectation, Economic Reality and the Image of the Revolution” (1964). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown

University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:360459/>

⁷ Belém’s conservative FOLHA DO NORTE characterized the Revolution as ‘disfigured’ by its economic failures; PROVINCIA DO PARÁ (Diários Associados) saw the continuing inflation as

Ao apresentar um projeto que redefiniria os salários no funcionalismo público, Chaves cita os laços políticos, o fortalecimento das legendas PSD, PTB e UDN e tece críticas à “Revolução”. Isso se deve provavelmente ao desgaste do seu capital político. O PSP não seria escolhido para compor a chapa do candidato dos militares ao governo em outubro de 1965, Renato Franco (PTB) seria o indicado. Na Assembleia, caberia, por negociação de Jarbas Passarinho, ao PTB e a UDN a execução dos planos do Governo. Em meio ao processo eleitoral, Chaves diria na tribuna da Assembleia:



[...] Eu continuarei lutando contra gregos e troianos, construindo uma terceira força, porque a revolução de antigamente dizia que ‘lei é potoca’¹, e hoje nós podemos dizer que a revolução de 64 foi ‘potoca’. Não há nenhum princípio revolucionário pregado, não há nenhuma modificação feita de maneira a demonstrar que houve um planejamento revolucionário de costumes políticos, sobretudo político, que todos os problemas da vida pública decorrem dessa nefanda política.² (grifo do autor)



Apesar do prolongamento do mandato do gal. Castelo Branco até 1967, os deputados ainda aguardavam por eleições “democráticas” nos âmbitos regionais. Uma vez que o PSD paraense foi em parte desestruturado pelos militares, as chances de a antiga oposição alçar ao poder se

tornavam maiores. Em decorrência disso, as críticas ao governo foram mínimas ou minimizadas pelos próprios deputados. À mera insinuação de um discurso contrário ao Governo, Gerson Peres e Brabo de Carvalho, juntamente as suas bancadas, refutavam os argumentos e exaltavam a suposta modernidade advinda com a “Revolução de 1964”, ignorando todas as arbitrariedades que o novo Regime utilizou. No entanto, o curso das águas viria a mudar.

5 O AI-2 E O BIPARTIDARISMO: OS QUADROS DA ARENA E DO MDB

No Pará, os candidatos do Governo Militar foram eleitos sem grandes dificuldades no pleito de 1965. Alacid Nunes (prefeito de Belém eleito indiretamente após o golpe) pela UDN enquanto governador e – como dito – Renato Franco como vice. No pleito municipal de Belém, foram eleitos Stélio Maroja (PSP) e Ajax Oliveira em coligação pró-“revolucionários”. Em manchete, *A Província do Pará* noticiou a vitória de Alacid e Stélio com 12.000 votos na frente.³ Alacid obteve 163.527 votos no total (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (PA), 2008). O jornal ainda publicou em seu primeiro caderno um trecho do discurso de Alacid acompanhado de duas frases em caixa alta: “Estamos com Alacid e Stélio!” e “Esta é, de verdade, a cidade heroica!”⁴ Esta última frase, possivelmente, faz menção à memória de Belém enquanto uma cidade resistente ao *baratismo* e, por sua vez, às velhas práticas políticas. O PSD paraense de forma anômala apoiaria a chapa liderada pelo

seu antigo adversário político, Zacarias de Assunção, por se tratar de um militar, mas não obteve nem metade dos votos do pleito. A coligação que elegeu Alacid Nunes contava com os partidos dos deputados: UDN de Gerson Peres, PTB de Flávio Franco e Brabo de Carvalho, PR de Dário Dias.

Alacid Nunes ainda contou com o apoio de Carlos Lacerda (UDN – Guanabara) que provavelmente – na impressão do cônsul John R. Bartelt – esperava contar com o seu apoio para a eleição presidencial após a conclusão do mandato de Castelo Branco. Como Bartelt reporta⁵, as eleições locais não eram importantes apenas para saber quem governará o estado, mas também como forma importante de prever o curso da vida política no Pará pelos próximos anos, haja vista a necessária colaboração da máquina governamental para se eleger deputados e formar alianças.⁶ Mas, apesar da vitória dos ditos revolucionários no Pará, a vitória de candidatos ligados ao PSD e ao PTB nacionais no estado da Guanabara e em Minas Gerais reavivaria o desejo da “linha dura”, militares ligados ao marechal Costa e Silva, em concluir as pendências da Operação Limpeza realizada após o golpe. O AI-2 corresponderia a uma vitória desta ala do governo que crescia desde o governo de Castelo Branco (FICO, 2015, p. 62-63). Decretado em 27 de outubro de 1965, o Ato reinstaurava a dinâmica do estado de exceção por meio do estabelecimento de eleições indiretas para presidente e governadores, dissolução dos partidos existentes, promoção de novas cassações, deposição de governadores e o fim das

proof of the irrefutable failure of the government's economic policies.
¹ Gíria que significa mentira. Significado de Potoca. Dicionário do Aurélio Online, 2019. Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/potoca>>. Acesso em: 15 de Jul. de 2019.
² ALEPA. Anais da ALEPA, 37ª a 43ª Sessões ordinárias 1965. p. 12.

³ *A Província do Pará*. Alacid e Stélio: 12.000 votos na frente. 5 outubro 1965. p. 1
⁴ *A Província do Pará*. O Povo não volta atrás!. 5 outubro. p. 6-7
⁵ “Last Minute Notes on the October 3 Pará and Maranhão Governatorial Races” (1965). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital

Repository. Brown University Library.
<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:362027/>
⁶ “but also of an importance in predicting the course of Pará politics over the next couple of years.”

eleições municipais nas capitais (REIS, 2014, p. 61-62). Em julho de 1966, foram cassados os direitos políticos dos deputados Álvaro Kzan (MDB, ex-PSD), Dionísio Bentes de Carvalho (MDB, ex-PSD) e Ney Carneiro Brasil (ARENA, ex-PSD). Em outros estados da região Norte seriam atingidos políticos ligados ao PTB, mais próximos ao trabalhismo de Goulart.¹ Pelo perfil partidário dos cassados, é possível presumir que o objetivo dos militares era eliminar a possibilidade de que as antigas forças políticas conseguissem se organizar a fim de combatê-los eleitoralmente. Neste sentido, conforme argumenta Fico (2014), percebe-se que, desde a sua origem, a ditadura foi violenta e agiu de forma arbitrária. A existência de eleições e Casas Legislativas abertas não significou a preservação de um ambiente democrático ou apenas autoritário, a exemplo do que defende Marco Antonio Villa reservando o conceito de Ditadura para o período pós-AI-5 (FICO, 2017).

O AI-2 seria noticiado de forma apática na Assembleia Legislativa, os deputados se reservariam a adaptar o novo Ato à Constituição Estadual.² Em meados de outubro, Gerson Peres discursaria defendendo a suposta democracia vigente e o congresso em nome do lema de seu partido, UDN, “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, isto após as ameaças de endurecimento do Regime e rumores do fechamento do Congresso. Da tribuna discursou:



“Falo em nome dos meus princípios e dos meus ideais, no momento em que o Brasil atravessa uma das crises

mais graves de sua História, quando os Ministros de Estado lutam contra a liquidação total dos poderes representativos. Com o Congresso Nacional e as [sic] Assembleias Legislativas, ameaçadas de fechar, não poderia deixar de encontrar nos nossos ideais, na nossa luta, o nosso protesto para que toda esta Assembleia se manifeste ante a Nação, impedindo e repudiando a extrema decisão da eliminação do Poder Representativo, que é ainda o sustentáculo de toda a expressão de Democracia e recanto onde os clamores populares encontram refúgio.”³ (grifo do autor)



Após o decreto do Ato, Maria Chaves apresentaria um requerimento para que a Assembleia louvasse a “decisão salvadora” e, em resposta, Peres também poria em panos quentes a última decisão do presidente.



“Nestas condições, iremos votar favoravelmente a moção de confiança. Era dispensável esta moção, daí porque o Governador ao reunir seus Deputados deu ciência de todos os [sic] permenores, das ocorrências havidas e comunicadas por S. Exa. o Presidente da República, ao mesmo tempo que mostrava a necessidade, a imperiosidade da existência do Ato Institucional nº 2. Pediu no fim o comedimento dos pronunciamentos, mas não pediu que fossem tolhidos os direitos de representantes do povo, à manifestação sobre as consequências deste Ato, sobre descontentamentos ou

alegrias, ou mesmo tristeza que para muitos pode ainda trazer.”⁴ (grifo do autor)



No Pará, a formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) preservariam a dicotomia *pessedistas* e *antipessedistas*. O partido do poder, como costuma conceituar Petit (2014), seria formado com a colaboração dos deputados situacionistas da UDN, PTB, PSP e PR. E o MDB seria formado pelos deputados oriundos do PSD. Ainda que alguns poucos *pessedistas* tenham ingressado na ARENA a exemplo de Ney Brasil, eles não ocuparam cargos dentro da direção do partido. Essa foi a composição do diretório regional da ARENA dirigido por Jarbas Passarinho: dep. Fed. Gabriel Hermes (PSP), dep. Est. Geraldo Palmeira (PSP), Abel Figueiredo (sogro de Alacid Nunes), Gerson Peres (UDN) e Claudio Dias (empresário local). Nota-se a presença dos latifundiários estaduais representados por Claudio Dias, que havia composto um grupo organizado oriundo do Marajó, o qual deu suporte e apoio ao golpe de 1964 (COSTA, 2014). John R. Bartelt reportou as conciliações para a formulação do diretório regional da ARENA e a relação com ex-PSD's ao departamento de estado estadunidense⁵.



“A diretoria [estadual] é um consciente esforço de equilibrar interesses políticos nacionais, estaduais e locais e interesses privados. É notório também que ela não contém nomes de ex-membros do PSD, indicando que mesmo os

¹ Levitsky, M., and United States. Consulate (Belém, Brazil), “Cassation of Mandates in Amazônia” (1966). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679641/>

² O *Liberal*. Criada a Comissão de Adaptação do Segundo Ato Institucional. 3 nov. 1965.

³ ALEPA. Anais da ALEPA, 44ª a 48ª Sessões ordinárias 1965. p. 124.

⁴ *Ibidem*, p. 235.

⁵ “Monthly Political Summary, January, 1966” (1966). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:327193/>

oposicionistas que aderiram formalmente à ARENA serão mantidos congelados fora da organização.”¹ (Tradução livre. Grifo do autor)



6 O MOVIMENTO ESTUDANTIL: VOZES DISSONANTES

A partir de 1967, quando assumiu a presidência da república o marechal Arthur da Costa e Silva, o Governo Militar já não possuía meios “legais” (como o AI-1 e o AI-2) para cassar mandatos e prender arbitrariamente opositores. Com isso, grupos de oposição passaram a se organizar dado o horizonte menos nebuloso, assim como alguns exilados retornaram ao Brasil. Ainda em 1966, políticos de destaque como Jango, Lacerda e Kubistchek compuseram uma Frente Ampla para reivindicar eleições para a presidência. Em 1968, o principal movimento de resistência aos militares seria o estudantil, composto por universitários e secundaristas, especialmente após o assassinato do estudante secundarista paraense, Edson Luís, no restaurante Calabouço em 28 de março de 1968. Para Rodrigo Motta, as agitações políticas deste ano aguçaram não somente a luta da oposição, mas também colaboraram para a dissensão dos antigos apoiadores da Ditadura, a exemplo dos parlamentares da ARENA, o que explicariam em parte a decretação do Ato Institucional n.º 5 em dezembro de 1968 (MOTTA, 2018).

No dia 29 de março de 1968, os jornais *Folha do Norte* e *O Liberal* noticiaram a morte de Edson Luís² e, no dia seguinte, o *Folha* estampou em

sua capa a imagem do corpo do “jovem Edson Luiz” rodeado de “dezenas de estudantes do Rio de Janeiro, que se comprimiram nas dependências da Assembleia Legislativa da Guanabara, compungidos com o drama do colega morto e com seu próprio”.³ A Assembleia Legislativa do Pará (composta mais de 2/3 por deputados da ARENA eleitos em 1966) teria manifestações na tribuna da Casa somente no dia 2 de abril, mesmo tendo ocorrido sessões nos dias 29 de março e 1º de abril. Isto talvez possa se explicar pelo desconhecimento de quem seria Edson Luís e – principalmente – porque, no dia 2, um grupo de estudantes se dirigiu para as dependências da ALEPA durante a realização da sessão. Laércio Barbalho (MDB) na ocasião discursaria:



“Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentavelmente não pode esta Casa na hora do Expediente, após o trucidamento do estudante paraense, Edson [Luís] de Lima Souto, deixar de prestar a homenagem que é devida como a Casa do Povo. Um jovem, cuja família é oriunda do Interior do nosso Estado, precisamente do Município de Acará, procurou na chamada cidade maravilhosa, meios melhores de prover a sua vida e de aprimorar a sua inteligência. Nunca pensara que, justamente na velha Capital do País, onde mais se acentua a intelectualidade nacional, fosse ao seu encontro a versatilidade fatal, quando ainda não tinha nem ao menos amadurecido.”⁴ (grifo do autor)



O deputado apresentou um requerimento de solidariedade que contou com o apoio de Gerson Peres (ARENA) e da “bancada majoritária do Pará, democrática como é”⁵. No entanto, a respeito da mesma morte havia duas narrativas, os deputados paraenses atribuíam a responsabilidade da morte à Polícia da Guanabara, enquanto os estudantes denunciavam a existência de uma ditadura. A sessão foi tumultuada, Abel Figueiredo (ARENA – 1º Vice-Presidente) solicitaria à galeria ocupada por estudantes que se contivesse “nas suas manifestações, através de palmas, para que não seja obrigada a tomar enérgicas providências.”⁶ Devido aos inúmeros pronunciamentos, o requerimento acabaria por não ser votado e, em retaliação, os estudantes realizaram um protesto em frente à ALEPA. Na ocasião, teriam se manifestado junto aos estudantes os deputados Laércio Barbalho e Arnaldo Moraes Filho (MDB) e o vereador de Belém Jäder Barbalho (MDB). Fora da tribuna, Arnaldo diria “que ‘o que se viu na Assembleia foi um resquício dessa ditadura que existe no País’”.⁷ Paulatinamente, os discursos dos deputados foram se alterando a partir do surgimento de outras vozes que ecoavam nas galerias do Poder Legislativo. O discurso de democracia dava vez ao discurso da existência de uma ditadura e da execução de ações arbitrárias por parte dos militares. Apoiando-se no movimento estudantil, deputados adotariam posições contrárias ao governo. As tensões na relação entre movimento estudantil,

¹ The directorate is a *conscious attempt to balance national, state and local politicians and private individuals*. It is also noteworthy that it contains no names of ex-PSD members, indicating that even those oppositionists who have formally adhered to ARENA will be frozen out of the organization.

² *Folha do Norte*. Tiroteio no rio mata estudante paraense. 29 mar. 1968. ; *O Liberal*. Estudante paraense morre em choque com a PM no Rio. 29 mar. 1968.

³ *Folha do Norte*. O Velório. 30 mar. 1968.

⁴ ALEPA. Anais da ALEPA, 7ª a 12ª sessões ordinárias 1968. p. 217.

⁵ *Ibidem*, p. 231.

⁶ *Ibidem*, p. 236.

⁷ *A Província do Pará*. Estudantes com vaias e aplausos participam da Assembleia e acabam fazendo comício contra o Legislativo. 03 abr. 1968.

parlamentares e militares tenderia a se agravar no segundo semestre de 1968 quando presidente Costa e Silva visitou a Amazônia e instalou durante uma semana de agosto o Governo Federal na região junto ao seu gabinete ministerial. Na ocasião, o presidente inaugurou o campus pioneiro da Universidade Federal do Pará. Durante a sua estadia, universitários ocuparam os prédios das antigas faculdades espalhadas pelo centro da cidade de Belém e realizaram protestos (FONTES. ALVES, 2013). Em 12 de agosto, Goelz reportaria ao Departamento de Estado a ocupação dos estudantes e relataria¹ que “Um número de figuras políticas locais tem abertamente se declarado estar ao lado dos estudantes. Entre esses está Gerson Peres, líder da ARENA na Assembleia do Estado.” (Tradução livre)². A principal luta do movimento era contra a Reforma Universitária proposta pelo governo. Novamente, em 20 de agosto, os estudantes ocuparam as galerias da ALEPA, entretanto, desta vez, ainda na mesma sessão seria aprovado um requerimento em apoio à luta estudantil.³

As fragilidades nas alianças entre militares e civis se faziam latentes. Em 1968, foi dado vazão a outras críticas ao Governo e seus planos para a Amazônia isto dentro de um contexto nacional de movimentos contra a Ditadura, como a passeata dos 100 mil realizada no Rio de Janeiro pelos estudantes no primeiro semestre e a missa campal de sétimo dia de Edson Luís realizada pelos estudantes no Largo da Palmeira em Belém (PA) à revelia da vontade do arcebispo. Cita-se, também, os

discursos de Gerson Peres (ARENA) e Álvaro Freitas (MDB) ainda em março contra as políticas do Ministério da Agricultura que extinguiria em Cametá (PA) – município dos deputados – campos de experimentação agrícola.⁴ A visita de Costa e Silva tinha por objetivo melhorar a imagem do governo e assegurar a execução dos planos do Governo Federal a exemplo da “Operação Tapajós” que visava ao desenvolvimento na região de Santarém (PA) onde o PSD havia conseguido uma importante vitória na prefeitura em 1966. Distante dos seus antigos apoiadores, conforme argumenta Motta (2018), o governo recorreria ao AI-5 a fim de manter sob controle – entre outros grupos – os deputados, tanto estaduais quanto os federais no Congresso Nacional. Em 27 de fevereiro de 1969, com base no AI-5, foi decretado o recesso da ALEPA (ou seja, fechada) por ordem da presidência sob acusação de violação dos princípios revolucionários relativos à violação das normas morais e legais.⁵ O Congresso estava fechado desde 13 de dezembro de 1968. Ademais, foram cassados os mandatos do deputado estadual Laércio Barbalho e de seu suplente Maravalho Narciso Bello (MDB). Na câmara federal foram cassados os deputados Hélio Gueiros (MDB) e Camilo Montenegro Duarte (ARENA) após votarem contra o governo no caso Moreira Alves, e o suplente Epílogo Campos (ARENA).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta primeira fase da Ditadura, quando devido à

ausência de meios arbitrários sem prazos para perseguição de políticos adversários como se constituiu a partir do AI-5, os deputados paraenses da antiga oposição moldaram os seus discursos a fim de assegurar os seus mandatos, manterem-se habilitados às disputas partidárias e ascenderem a novos postos dentro do governo do estado. Ao passo que a antiga situação, lê-se os *ppededistas*, suavizaram posições. Como observa Rego (2008), o Brasil é uma exceção dentro dos Regimes Autoritários do Cone Sul no século XX no que tange ao Poder Legislativo. As Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional se mantiveram abertos durante a maior parte do período ditatorial, o que nos leva a refletir sobre o lugar desse Legislativo dentro da Ditadura. Rego, assim como outros autores, ressalta a necessidade de legitimação da Ditadura por meio do Poder Legislativo com a ratificação de decisões tomadas pela cúpula militar tais como eleições de governadores e presidentes e da sua presença reforçar o discurso de que se vivia uma democracia (VASCONCELOS, 2013. REGO, 2008. CARVALHO, 2008). Em razão disso, espaços se abriram para que civis atuassem em favor próprio. Alessandra Carvalho (2008) nos adverte que, apesar da mudança do regime democrático para o ditatorial, elites políticas se mantiveram vivas dentro das estruturas político-partidárias. A autora analisa o Congresso Nacional, mas isto é facilmente verificável no caso da ALEPA quando se acompanha a preservação de lideranças políticas (exceto as que foram cassadas, claro) assim como os seus conflitos. Isso sem citar o caso

¹ “Students Occupy University of Pará” (1968). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:324845/>

² “A number of local political figures have declared themselves openly on the student side. Among these is Gerson Peres, ARENA leader of the State Assembly.”

³ A *Provincia do Pará*. Deputados aprovaram ontem apoio aos estudantes. 21 ago. 1968.

⁴ ALEPA. Anais da ALEPA 1ª a 6ª sessão ordinárias 1968. p. 134. 189.

⁵ “Pará Legislative Assembly Recessed by Presidential Decree” (1969). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown

University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:367509/>

contemporâneo da família Barbalho que cresceu politicamente durante a Ditadura. Por fim, Claudio Vasconcelos (2013) apresenta como essa redução do Poder Legislativo dentro do quadro nacional foi pivô de conflitos entre civis e militares. As contradições da Ditadura entre o desejo de legalidade e o controle das organizações civis acompanharam todo o período. Para Carlos Fico (2014), o golpe não pressupunha, *necessariamente*, a ditadura que o sucedeu. De fato, havia por parte de alguns, como o complexo IPES/IBAD, um projeto de Estado que, no entanto, não perpassava necessariamente por uma Ditadura, mas pela deposição de adversários políticos (DREIFUSS, 2006). Ademais, Fico (2014) questiona a avaliação de René Dreifuss (2006) sobre a dimensão da influência desses quadros no Governo Militar, mas isto é debate para um outro momento. Prosseguindo, é possível presumir – a partir das estratégias discursivas ou recursos retóricos utilizados pelos deputados nos discursos aqui utilizados como exemplo – que políticos paraenses tais como os da CDP se aliaram aos militares esperando controlar as dinâmicas políticas locais. No entanto, os militares se apresentaram decididos a permanecer no controle do Estado, antigas lideranças como José Maria Chaves foram paulatinamente afastadas, enquanto personalidades ainda recém-chegadas ao Legislativo como Gerson Peres foram valorizadas. Da mesma forma, o partido até então mais consolidado no estado – PSD – teve suas lideranças sufocadas em prol da garantia da execução dos novos planos do Governo Militar para a Amazônia. Por outro lado, relações da cultura política local ligadas à defesa do latifúndio se

mantiveram presentes neste primeiro momento o que nos ajuda a compreender o crescimento vertiginoso da ARENA em substituição ao PSD. Durante a Ditadura Militar, mesmo civis aliados foram controlados e mantidos com desconfiança pelo Governo conforme denotam os arquivos do Serviço Nacional de Informação, generosos em sua descrição sobre a atuação dos políticos. O artigo não adensa as realidades municipais do estado do Pará, onde o MDB/PSD se demonstrou forte ainda em 1965 na região do Baixo Amazonas, mas se pretende abordar em publicações futuras.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e MDB**. 2008. 239 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- COSTA, João Lucio Mazzini da. **Dando nome aos bois**. Belém: Cromos, 2014, 114p.
- DREIFUSS, René Armand. **A Ação de Classe da Elite Orgânica: o complexo IPES/IBAD e os militares**. In: _____. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, pp. 381-436.
- DREIFUSS, René Armand. **O Complexo IPES/IBAD no Estado – A ocupação dos postos estratégicos pela Elite Orgânica**. In: _____. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, pp. 437-500.
- FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, 148p.
- FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015, 160p.
- FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, pp. 05-74, jan./abr. 2017.
- FONTES, Edilza. ALVES, Davison. **A UFPA e os Anos de Chumbo: a administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960-1969)**. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013. p. 258-294.
- FONTES, Edilza. **O Golpe Civil-Militar de 1964 no Pará: imprensa e memórias**. **OPIS, Catalão (GO)**, v. 14, n. 1, pp. 340-360, jan./jun. 2014.
- HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática (1945-64)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, 376p.
- LEGOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: _____. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, pp. 535-549.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, 191p.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, 132p.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 428p.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Sobre as origens e motivações do Ato**

Institucional 5. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, n. 79 pp. 195-216, 2018.

NEVES, Lucília de Almeida. Elitismo, Intolerância e Discriminação: cassação de deputados operários de Minas Gerais (1964). **Perspectivas**, São Paulo, v. 34, p. 15-35. Jul./dez. 2008.

PASSARINHO, Jarbas. **Na Planície**. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1991, 175p.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: editora Paka-Tatu, 2003, 350p.

PETIT, Pere. CUELLAR, Jaime Velarde. Memórias da resistência, repressão e consolidação da Ditadura Civil Militar no Pará - 1964-1970. **XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH**. Natal - RN. 22 a 26 de julho 2013.

PETIT, Pere. O golpe civil-militar e o partido dos militares (ARENA) no estado do Pará. **Historiae**, Rio Grande, 5 (2), pp. 179-226, 2014.

PROST, Antoine. As Palavras. In: REMOND, Rene. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 295-330.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Plínio Ramos Coelho: o Ganso do Capitólio. In: _____. UGARTE, Auxiliomar

Silva. (Orgs.). **Trajetórias Políticas na Amazônia Republicana**. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 81-119.

REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 316p.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 191p.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político**. Vol. 2. Belém: Secult/PA, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O Parlamento brasileiro e a crise de 1964: a tendência à paralisia. In: _____. **O Cálculo do Conflito: Estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003, pp. 201- 230.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (PA). **Resultado das Eleições Gerais no Pará (1945 a 2006)**. Belém: TRE-PA, 2008, 158p.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a

legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **Varia história**. 2013, vol.29, n.49, pp.333-358

VEIGA, Edir. **Competição Política no Pará 1930-2014: atores, partidos e eleições**. Belém: EdUFPA, 2018, 176p.

2021 foram fomentados os seguintes canais de comunicação: "Te liga, Jovem",

"Espia Eleitor", "Urna Pai d'égua", "Aniversário dos municípios", "Beijo com Histórias: Memórias da Justiça Eleitoral" e "TRE do Pará Comemora".